

6º A

Paul E. Lovejoy

A escravidão na África:

Uma história de suas
transformações

TRADUÇÃO DE

Regina A. R. F. Bhering e

Luiz Guilherme B. Chaves



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2002

A escravidão foi um importante fenômeno da história, estando presente em muitos lugares, da antigüidade clássica a épocas muito recentes. A África esteve intimamente ligada a esta história, tanto como fonte principal de escravos para as antigas civilizações, o mundo islâmico, a Índia e as Américas, quanto como uma das principais regiões onde a escravidão era comum. Na verdade, na África a escravidão durou até o século XX — muito mais do que nas Américas. Tal antigüidade e persistência requer explicação, tanto para compreender o desenvolvimento histórico da escravidão na África, quanto para avaliar a relativa importância do tráfico de escravos para este desenvolvimento. De maneira geral, a escravidão se expandiu em pelo menos três estágios — 1350 a 1600, 1600 a 1800 e 1800 a 1900 — durante os quais o escravismo se tornou fundamental para a economia política africana. Essa expansão ocorreu em dois níveis ligados ao comércio exterior. Em primeiro lugar, a escravidão ocupou uma área geográfica cada vez maior, difundindo-se para fora daquelas regiões diretamente envolvidas no comércio exterior de escravos. Em segundo lugar, o papel dos escravos na economia e na sociedade tornou-se crescentemente importante, do que resultou a transformação da ordem social, econômica e política. Também nesse caso, o comércio exterior esteve associado a essa transformação.

A ESCRAVIDÃO: UMA DEFINIÇÃO

A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a idéia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor;

que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação.¹ Esses vários atributos precisam ser examinados muito detalhadamente para tornar mais claras as distinções entre escravidão e outras relações servis.

Enquanto propriedade, os escravos eram bens móveis; o que significa dizer que eles podiam ser comprados e vendidos. Os escravos pertenciam aos seus senhores, que, pelo menos teoricamente, tinham total poder sobre eles. Instituições religiosas, unidades de parentesco e outros grupos na mesma sociedade não protegiam os escravos como pessoas perante a lei, ainda que o fato de os escravos serem também seres humanos fosse algumas vezes reconhecido. Por serem bens móveis, os escravos podiam ser tratados como mercadoria. Mas eles raramente eram simples mercadorias, e muitas vezes eram colocadas restrições à venda de escravos, desde que houvesse algum grau de aculturação. Essas restrições podiam ser puramente morais, como eram nas Américas, onde pelo menos teoricamente era considerado errado separar famílias quando as vendas estivessem acontecendo, embora na realidade os proprietários de escravos fizessem o que bem entendessem. Em outras situações as restrições eram realmente postas em vigor, ou era automaticamente concedido às pessoas algum grau de autonomia que impedia a venda. Na prática islâmica e sob a lei islâmica, as mulheres tomadas como concubinas não podiam ser legalmente vendidas uma vez que tivessem tido filhos do seu senhor. Além disso, tais crianças eram tecnicamente livres e geralmente reconhecidas como tal. As mulheres tornavam-se legalmente livres com a morte do seu senhor em muitos casos, e em alguns elas eram nominalmente livres assim que davam à luz, ainda que em geral não pudessem livrar-se de sua posição como concubinas. Na verdade elas atingiam uma posição intermediária entre escravas e livres. Outras restrições à venda limitavam o poder dos senhores de vender os filhos de escravos, fosse por causa de sentimentos religiosos, no caso do Islã, ou por causa de parentesco aceitável ou posição étnica que tivessem sido confirmados. Se a venda acontecesse, era cuidadosamente justificada em termos de atividade criminosa, bruxaria ou alguma outra razão ideologicamente aceitável; muitas vezes essas mesmas razões podiam levar à venda de membros nascidos livres da mesma sociedade. No entanto, era característica da escravidão que o cativo fosse considerado a propriedade de uma outra pessoa ou algum grupo empresarial, apesar das restrições à natureza dessa relação de propriedade criadas por situações reais.

Uma digressão se faz necessária para que se possa estabelecer o que se quer

dizer com “liberdade”. O termo é realmente relativo. As pessoas são mais livres para tomar decisões por si mesmas ou são menos livres para fazê-lo. Todas as sociedades impõem muitas restrições aos indivíduos, mas mesmo reconhecendo isso ainda podemos entender os escravos como pessoas particularmente coagidas. No contexto das sociedades escravocratas, a liberdade envolvia uma posição reconhecida numa casta, numa classe dirigente, num grupo de parentesco ou em algum tipo de instituição. Uma tal identificação incluía um conjunto de direitos e obrigações que variavam consideravelmente de acordo com a situação, mas ainda eram distintos daqueles dos escravos, que tecnicamente não tinham direitos, apenas obrigações. O ato de emancipação, quando existia, transmitia um reconhecimento de que escravo e homem livre eram opostos. A emancipação demonstrava dramaticamente que o poder estava nas mãos dos homens livres, não dos escravos.

Dessa maneira, a escravidão era fundamentalmente um meio de negar aos estrangeiros os direitos e privilégios de uma determinada sociedade, para que eles pudessem ser explorados com objetivos econômicos, políticos e/ou sociais.² Geralmente os estrangeiros eram considerados etnicamente diferentes: a ausência de parentesco era uma distinção particularmente comum. Uma pessoa que falasse a mesma língua que o seu senhor, sem sotaque, que compartilhasse a mesma cultura, acreditasse na mesma religião e compreendesse as relações políticas que determinavam como o poder era exercido era muito mais difícil de controlar do que um estranho. Quando as diferenças na cultura ou no dialeto eram relativamente sem importância, o nível de exploração e o isolamento social dos escravos eram geralmente limitados; tais situações sugeriam que a posse de escravos era pequena e que a estratificação política e econômica era mínima. Certamente as formas mais desenvolvidas de escravidão eram aquelas em que os escravos eram levados para uma distância considerável do seu local de nascimento, enfatizando dessa forma as suas origens estrangeiras. Essa erradicação era tão dramática quanto o transporte dos africanos através do Atlântico ou do deserto do Saara, ou tão pouco dramática quanto a captura de pessoas que viviam a apenas cem quilômetros ou menos do lar daqueles que os escravizavam. Ambas as situações ajudavam a definir o escravo como um estranho, pelo menos em primeira instância. Com o passar do tempo, as distinções culturais tendiam a ficar nebulosas, de modo que variava a extensão em que a origem estrangeira funcionava como um fator.

Quando as estruturas sociais e as economias eram mais complexas, a identificação dos escravos como estrangeiros também se tornava mais pronunciada, de

modo que a aculturação que invariavelmente ocorria não afetava a capacidade dos senhores de explorar o trabalho e os serviços de seus cativos. Para os muçulmanos, a religião era um meio de classificar os escravos. Aqueles recentemente adquiridos geralmente não eram muçulmanos ou o eram apenas nominalmente. Mesmo quando os escravos começavam a praticar o islamismo, eram geralmente considerados menos devotos. Para os europeus, os escravos eram vistos como racialmente distintos; apesar da aculturação, eles eram ainda mais claramente definidos como estrangeiros, garantindo dessa forma que a aquisição de direitos na sociedade de origem européia fosse severamente limitada. Outras distinções mais sutis eram feitas, incluindo as diferenças de dialeto, o sotaque das pessoas que tinham acabado de aprender uma nova língua, marcas faciais e corporais, características físicas evidentes e, a mais comum de todas, a memória.

A escravidão quase sempre tinha início por meio de violência, que reduzia a posição de uma pessoa de uma condição de liberdade para uma condição de escravo.³ O tipo mais comum de violência era a guerra, na qual os prisioneiros eram escravizados. Variações na organização de tal violência — incluindo ataques cujo objetivo era adquirir escravos, banditismo e seqüestro — indicam que a escravização violenta pode ser vista como inserida em uma sucessão contínua da ação política em larga escala, na qual a escravização pode ser apenas um subproduto da guerra e não a sua causa, ou como uma atividade criminal em pequena escala, na qual escravizar é o único objetivo da ação. Tomados em conjunto, as guerras, os ataques em busca de escravos e o seqüestro foram responsáveis pela maior parte dos novos escravos na história. Mesmo quando o motivo da guerra não era adquirir escravos, a ligação entre guerra e escravidão era muitas vezes estreita. Nas sociedades onde era costumeiro escravizar prisioneiros, os beligerantes invariavelmente levavam em consideração as possibilidades de custear as despesas de guerra com a venda ou a utilização dos escravos. Quando as guerras e invasões eram crônicas, eram constantes a escravização e a reescravização dos povos, e a incidência da escravidão em tais situações aumentava.

Enquanto guerras e violências similares eram responsáveis pela maior parte dos povos recém-escravizados na história, procedimentos judiciais e religiosos eram responsáveis por alguns episódios de escravização. A escravidão era uma forma de punição judicial, principalmente para crimes como assassinato, roubo, adultério e bruxaria. Os métodos pelos quais os criminosos suspeitos eram escravizados variavam bastante, e muitas vezes eles eram vendidos para fora das suas próprias comunidades. Não obstante, essa forma de escravização estava mais uma vez estribada na violência, apesar de legítima aos olhos da sociedade em

questão. A posição social de uma pessoa era radicalmente reduzida: o novo escravo podia perder sua qualidade de membro da comunidade, e a sua punição podia confirmar um *status* que era transmitido aos seus descendentes.

Existem exemplos de escravização voluntária, principalmente quando a ameaça de morrer de fome não deixava à pessoa nenhum outro recurso. Entretanto, esse não era um caso de violência consciente por parte da sociedade ou de um inimigo. Podia haver causas estruturais que colocavam pessoas em situações nas quais elas não podiam ter assegurada a sua sobrevivência e achavam necessário escravizar a si mesmas. Essa dimensão estrutural podia trazer com ela uma dimensão que era em última análise de exploração e violência. No entanto, a escravização voluntária não era comum, e provavelmente foi responsável por apenas uma pequena percentagem dos escravos na maioria dos lugares. Além disso, a possibilidade de escravização voluntária dependia da existência de uma instituição escravista na qual a violência era fundamental. Se não existisse tal instituição, uma pessoa não poderia tornar-se um escravo, mas um cliente ou algum outro tipo de dependente. O fato de que a posição de escravo pudesse ser atribuída em tais circunstâncias indica que outras posições servis não eram adequadas, seja porque fossem raras ou porque sua definição excluía tais casos.

O grau de coerção envolvido na escravidão era algumas vezes óbvio e em outras disfarçado. O senhor podia impor sua vontade graças à sua capacidade de punir os escravos que não cediam às suas ordens ou não desempenhavam as suas tarefas satisfatoriamente. Chibatadas, confinamento, privação de alimento, trabalho pesado extra e a capacidade de dispor dos escravos através da venda eram meios comuns de coerção. A punição física podia levar à morte, e mesmo quando havia uma proibição legal ou consensual de matar escravos raramente era aplicada. Muitas vezes a coerção era indireta. O exemplo de outros escravos sendo punidos ou vendidos e o conhecimento de que o senhor podia fazê-lo geralmente eram suficientes para manter a disciplina dos cativos. Sacrifícios de escravos em funerais e cerimônias públicas, comuns em alguns lugares, também eram exemplos para eles. Tais demonstrações públicas geralmente não eram uma forma de punição por insubordinação; na verdade, algumas vezes elas eram concebidas como uma honraria, mas na maioria das vezes os escravos eram comprados especificamente para o sacrifício. Como a insubordinação podia levar à venda, os riscos para os escravos vendidos eram óbvios. O comprador podia muito bem estar precisando de uma vítima sacrificial.

A escravidão estava fundamentalmente ligada ao trabalho. Não era a única forma de trabalho dependente, mas os escravos podiam ser levados a desempe-

nhar qualquer tarefa na economia. Eles tinham que fazer o que lhes fosse ordenado; como consequência, muitas vezes desempenhavam as tarefas mais ignóbeis e pesadas, e algumas vezes corriam grandes riscos. No caso dos cativos, o conceito de trabalho não era visto como separado do escravo como pessoa. Ele era um instrumento de trabalho, e a coerção podia ser usada para forçar a aquiescência a determinadas ordens. Era dito ao escravo aquilo que ele deveria fazer e, se não fizesse, era punido, muitas vezes severamente. A escravidão podia existir e existia juntamente com outras formas de trabalho, incluindo a servidão (na qual as pessoas estavam vinculadas à terra, e as suas obrigações para com o senhor eram fixadas pelo costume), a clientela (subordinação voluntária sem remuneração fixada pelos serviços), trabalho assalariado (no qual a remuneração pelo trabalho era monetarizada), penhor (no qual o trabalho era visto como juros sobre uma dívida e o penhor como colateral à dívida) e o trabalho comunal (muitas vezes baseado em parentesco ou classes etárias, no qual o trabalho era visto como uma atividade recíproca baseada em troca passada ou futura). Essas outras formas de trabalho também podiam envolver coerção, mas geralmente não ao ponto de que pudessem ser chamadas de escravidão.

Uma característica peculiar à escravidão era essa absoluta falta de opção por parte dos escravos. Sua total subordinação aos caprichos do seu senhor significava que aos escravos podia ser atribuída qualquer tarefa na sociedade ou na economia. Em consequência, eles não apenas desempenharam as tarefas mais baixas e laboriosas, mas também assumiram posições de autoridade e tiveram acesso a uma riqueza considerável. O trabalhador da *plantation* e o feitor de escravos tinham em comum a subordinação ao seu senhor. Ambos eram incumbidos de uma tarefa, mas a natureza do seu emprego era tão diferente que eles praticamente não tinham interesses mútuos. A identidade do escravo se dava através do seu senhor. Legalmente, o senhor era responsável pelas ações do escravo, e essa responsabilidade era a mesma para escravos administrativos e para trabalhadores comuns. Dessa forma, os escravos não constituíam necessariamente uma classe. Sua dependência podia resultar na subordinação de sua identidade à do seu senhor, de quem dependia sua posição, ou poderia levar ao desenvolvimento de um sentimento de camaradagem com outros escravos, e por conseguinte formar a base para uma consciência de classe. Ambas as situações podiam dar-se numa mesma sociedade, se escravos e outros reconhecessem uma clara distinção entre aqueles comprometidos com a produção e os envolvidos no exército e na administração.

Como os escravos eram totalmente subservientes, os seus senhores controla-

vam as suas capacidades sexuais e reprodutivas, assim como as suas capacidades produtivas.⁴ Quando eles constituíam uma proporção significativa de qualquer população, o acesso ao sexo e a reprodução eram fortemente controlados. As mulheres (e os homens também) podiam ser tratados como objetos sexuais; o direito ao casamento podia ser rigorosamente controlado; e os escravos do sexo masculino podiam ser castrados. A importância do sexo é revelada de forma mais surpreendente no preço de mercado dos escravos. Os eunucos eram muitas vezes os mais caros, com mulheres bonitas e meninas logo atrás, seu preço dependendo do seu atrativo sexual. Esses dois opostos — machos castrados e fêmeas bonitas — demonstram ainda mais claramente aquele aspecto da escravidão que envolvia o poder do senhor sobre as funções sexuais e reprodutivas. Os escravos não tinham o direito de envolver-se em relações sexuais sem o consentimento do seu senhor. Não podiam casar-se sem que ele permitisse e lhes fornecesse uma esposa. Seus filhos, uma vez que fosse dada aos escravos uma oportunidade de ter filhos, não eram legalmente a sua prole, mas propriedade do seu senhor e muitas vezes do senhor da mãe. Biologicamente, eles eram filhos dos escravos, mas o direito de criar as crianças podia ser negado. Em vez disso, os filhos de escravos podiam ser levados embora e, mesmo quando não eram vendidos, podiam ser redistribuídos como parte de acordos matrimoniais, treinados para o exército ou a administração ou adotados pela família do senhor.

Os senhores tinham o direito de acesso sexual às mulheres escravas, que se tornavam concubinas ou esposas, dependendo da sociedade. Essa dimensão sexual era a principal razão pela qual o preço das mulheres escravas era muitas vezes mais alto do que o dos homens. Aos escravos do sexo masculino podia ser negado o acesso às mulheres, e tal dimensão de escravidão era uma forma essencial de exploração e controle. A capacidade de adquirir uma esposa dependia da disposição de aceitar a condição de escravo e trabalhar arduamente. O casamento ou outras uniões sexuais eram um método de recompensar os homens. Os desejos das mulheres eram raramente levados em consideração. Embora os homens pudessem receber uma esposa vinda do reduzido grupo de fêmeas disponíveis para tais uniões, não lhes era permitida a paternidade efetiva sobre a sua prole. Laços verdadeiros de afeto e vínculos biológicos reconhecidos existiam, naturalmente, mas esses podiam ser rompidos através da remoção das crianças, se o senhor assim o desejasse. O senhor podia recompensar o escravo do sexo masculino ou podia privá-lo da sua sexualidade através da castração.

A condição de escravo era herdada. Isso significava que o elemento de propriedade, a característica de ser um estranho e a forma de mobilização do traba-

lho continuavam na geração seguinte, embora na prática a condição de escravo fosse muitas vezes modificada. A condição dos cativos mudava da instância inicial de escravização, ao longo da vida do escravo, e tal evolução continuava pela geração seguinte e além. A modificação variava de sociedade para sociedade, sendo mais pronunciada em alguns lugares do que em outros. A idéia do escravo como um estrangeiro tornava-se mais difícil de ser sustentada, uma vez que ele começasse a compreender e aceitar a cultura do seu senhor. Mesmo quando ainda continuassem a ser considerados e definidos como estrangeiros, geralmente os escravos recebiam elementos básicos, como o acesso à terra, esposas, proteção, ritos religiosos e outros atributos. Os aspectos mais técnicos da escravidão, incluindo os elementos de propriedade, trabalho e a condição de estrangeiro, podiam ser invocados arbitrariamente, mas na prática os direitos legais dos senhores geralmente não eram plenamente exercidos. Em geral era alcançada alguma espécie de acomodação entre senhores e escravos. O nível sociológico dessa relação envolvia um reconhecimento por parte dos escravos de que eles eram dependentes, cuja posição requeria subserviência ao seu senhor, mas igualmente necessitava da aceitação por parte dos senhores de que existiam limites até onde os escravos podiam ser forçados.

Aqueles que nasciam na escravidão se achavam numa posição diferente daqueles que tinham sido escravizados, pois o ato inicial de violência não existia. Os pais podiam contar aos seus filhos a respeito de sua escravização, mas essa não era a experiência dos filhos. As crianças também podiam tomar conhecimento da escravização através de novos cativos e eram educadas numa sociedade na qual tais atos eram bem conhecidos. A ameaça da violência também estava presente. Legalmente, elas muitas vezes podiam ser separadas dos seus pais e vendidas, mesmo se na prática isso raramente acontecesse. A mesma insegurança que levou à escravização dos seus pais ou dos novos escravos com os quais eles entravam em contato podia resultar na sua própria reescravização através de guerras ou ataques. E se elas se comportassem de uma maneira que não fosse aceitável, podiam ser vendidas. Portanto, a violência por trás do ato de escravização permanecia, embora para os descendentes de escravos fosse transformada de ação real em ameaça. Como tal, a violência ainda era uma dimensão crucial do controle social.

Em ambos os casos, além disso, a violência inerente à escravidão afetava a psicologia dos escravos. O conhecimento dos horrores da escravização e o medo da ação arbitrária produziam nos escravos tanto uma psicologia de servidão quanto o potencial para a rebelião. Essa dualidade se relacionava com a coerção

própria à instituição, pois a memória e a observação serviam como métodos eficazes de manter uma atmosfera na qual a ameaça de violência estava sempre presente. Os escravos não tinham necessariamente que experimentar a chibata; na verdade eles eram hábeis em evitá-la.

Os escravos não tendiam a ser naturalmente estáveis em número, e as populações cativas geralmente tinham que ser reabastecidas.⁵ Um motivo para isso era a duração de vida relativamente curta de muitos escravos. A morte podia ser fruto de um trabalho particularmente rigoroso, enquanto os sacrifícios funerários e operações de castração malsucedidas cobravam a sua parte. As condições de viagem para os escravos destinados a mercados distantes eram outro fator, tanto porque os indivíduos eram transportados de uma esfera microbiana para outra, como porque as rações eram muitas vezes inadequadas. Uma outra razão era o desequilíbrio demográfico entre os sexos. O número de mulheres numa população é a principal variável para determinar se ela irá ou não permanecer estável, expandir-se ou contrair-se. Onde o número de escravos do sexo masculino era maior, como acontecia entre os escravos recém-importados nas Américas, ou quando havia uma distribuição desigual de mulheres escravas na sociedade, como em muitas regiões da África, a taxa de natalidade podia ser baixa demais para manter o contingente de cativos. A situação das populações com um número excessivo de escravos do sexo masculino levava a um declínio geral da população total, não apenas de escravos, a não ser que mais cativos fossem importados. Quando as mulheres escravas eram distribuídas de maneira desigual, a população em geral não declinava necessariamente, apenas a proporção de escravos. As mulheres geralmente eram tomadas como esposas ou concubinas por homens livres, de modo que ainda tinham filhos. Como a posição social de concubinas e esposas escravas mudava, muitas vezes levando à assimilação ou à total emancipação, o tamanho da população escrava conseqüentemente diminuía. Aos filhos de esposas e concubinas escravas com pais livres muitas vezes era conferida liberdade total ou parcial. Sob a lei islâmica, isso era mais pronunciado. As concubinas não podiam ser vendidas uma vez que tivessem filhos e tornavam-se livres com a morte do seu senhor. Os filhos de tais uniões eram livres ao nascer. Em outras situações, o costume ditava que as esposas escravas fossem incorporadas à sociedade, e mesmo quando não eram conferidos aos seus filhos todos os direitos e privilégios conferidos aos filhos de mães livres, o costume impedia a venda e outros tratamentos que eram impostos aos recém-escravizados. Esses aspectos de assimilação gradual ou de total emancipação contradiziam o traço da escravidão que enfatizava a condição herdada, mas eram compatíveis com o poder do senhor de manipular as funções sexuais e reprodutivas de acordo com os seus próprios objetivos.

Essa característica da escravidão era responsável pela contínua importância da escravização e do comércio escravo, instrumentos que reabasteciam de escravos a sociedade. A continuação da escravização e do comércio reforçava o elemento de propriedade na escravidão, mas o fazia de maneira desigual. Aqueles que mais recentemente eram escravizados ou comercializados eram mais claramente tratados como bens. Aqueles que tinham vivido num só lugar durante muitos anos após a sua compra ou escravização tinham menos probabilidades de serem tratados como se fossem simples mercadorias. A instituição como um todo estava firmemente baseada em uma relação de propriedade, mas os escravos experimentavam individualmente uma modificação nesse relacionamento, até que alguns não fossem mais propriedade ou mesmo escravos.

Um breve comentário se faz necessário para considerar o caso especial da escravidão nas Américas, porque o sistema americano teve um desenvolvimento particularmente deletério. Muitos aspectos da escravidão americana eram similares à escravidão em outras épocas e lugares, incluindo o tamanho relativo da população cativa, a concentração de escravos em unidades econômicas grandes o bastante para serem classificadas como *plantation* e o grau de violência física e coerção psicológica usadas para manter os escravos em seus lugares. Não obstante, o sistema de escravidão americano era único em dois aspectos: a manipulação da raça como um meio de controlar a população cativa e a dimensão da racionalização econômica do sistema. Nas Américas, o objetivo principal do trabalho escravo era a produção de mercadorias essenciais — açúcar, café, tabaco, arroz, algodão, ouro e prata — para a venda nos mercados internacionais. Além do mais, muitos aspectos que eram comuns em outros sistemas escravocratas estavam ausentes ou eram relativamente pouco importantes nas Américas. Esses incluíam a utilização de escravos no governo, a existência de eunucos e o sacrifício de escravos em funerais e outras ocasiões. As semelhanças e diferenças são identificadas de modo a neutralizar uma tendência a ver a escravidão como uma instituição peculiarmente americana. Sistemas escravocratas individuais tinham as suas próprias características, mas ainda é possível analisar os padrões mais abrangentes que distinguiram a escravidão de outras formas de exploração.

A ESCRAVIDÃO NAS FORMAÇÕES SOCIAIS

Os escravos podiam representar uma pequena percentagem ou uma parcela substancial de uma população. Ao mesmo tempo que o fator demográfico era

importante, muito mais significativa era a posição dos escravos na sociedade e na economia. Eles podiam ser incidentais para a sociedade em geral, porque eram muito poucos em número, mas mesmo quando eram muitos podiam ser distribuídos de maneira relativamente desigual dentro da sociedade ou concentrados nas mãos de relativamente poucos senhores. Sua função podia ser essencialmente social, política ou econômica, ou alguma combinação destas. Os escravos podiam ser utilizados extensivamente no exército e na administração (política); podiam ser encontrados em papéis domésticos ou sexuais (social); ou podiam ser envolvidos na produção (econômica). Às vezes, alguns escravos desempenhavam uma ou outra dessas funções, embora algumas vezes estivessem concentrados mais em uma categoria do que em outra. Quase sempre eles eram encontrados em serviços domésticos, mas se sua localização social estivesse confinada quase que exclusivamente à exploração doméstica e sexual então outras formas de trabalho eram necessariamente essenciais às atividades produtivas e por conseguinte à natureza da organização econômica. Mesmo quando escravos cumpriam funções sociais mas não estavam empenhados na atividade produtiva, a estrutura da economia tinha que se basear em outras formas de trabalho, e assim a sociedade não estava baseada na escravidão.

A escravidão como um aspecto menos importante da sociedade deve ser distinguida da escravidão como uma instituição. Naqueles lugares onde poucas pessoas possuíam poucos escravos, talvez como exemplos conspícuos de riqueza mas não como trabalhadores, a escravidão era incidental à estrutura da sociedade e ao funcionamento da economia. A escravidão tornou-se importante quando os escravos foram usados extensivamente na produção, no monopólio do poder político, ou na servidão doméstica (incluindo serviços sexuais). Essas situações requeriam uma oferta regular de cativos, fosse através do comércio, da escravização ou de ambos, e o número de escravos na sociedade tornou-se significativo o bastante para afetar a sua organização. Além disso, quando a escravidão se tornou um componente essencial da produção, a instituição adquiriu características adicionais. M. I. Finley formulou convincentemente a importância desse desenvolvimento:

A escravidão, então, é transformada como instituição quando os escravos desempenham um papel essencial na economia. Historicamente isso significou, em primeira instância, seu papel na agricultura. A escravidão se acomodou ao estado amplo sob condições radicalmente diferentes (...) e muitas vezes existiam

pequenos grupamentos livres espalhados ao lado. O fato de que tanto os escravos quanto os homens livres faziam trabalho idêntico era irrelevante; o que importava era a condição do trabalho, ou melhor, em benefício de quem e sob que (ou de quem) controles ele era conduzido. Nas sociedades escravocratas o trabalho assalariado era raro e o trabalho escravo era a regra sempre que uma tarefa fosse grande demais para que uma família a conduzisse sem auxílio. A regra se estendia da agricultura à manufatura e à mineração, e algumas vezes até mesmo ao comércio e às finanças.⁶

Na África, a escravidão passou por tal transformação em épocas diferentes e em diferentes proporções na savana setentrional, nas regiões centro-ocidentais de Angola e na bacia do Zaire, e em outros lugares.

A transformação da escravidão de característica marginal da sociedade para uma instituição fundamental produtiva resultou na consolidação de um modo de produção baseado na escravidão. “Modo de produção” é usado aqui para enfatizar a relação entre a organização social e o processo produtivo, por um lado, e os meios pelos quais essa relação é mantida, por outro.⁷ O conceito isola as relações sociais de produção, isto é, a organização da população produtiva em termos de sua própria identidade e das maneiras pelas quais essa população é dirigida. A interação entre as relações sociais e econômicas de produção requer condições específicas para cada modo de produção, que permitam a renovação do processo produtivo; de outra forma, não há continuidade histórica, somente uma instância de produção. Finalmente, a relação entre o processo produtivo e a sua renovação é refletida nas estruturas ideológicas e políticas da sociedade — algumas vezes chamada de “superestrutura” — como um meio de distinguir essas características da base material.⁸

Um “modo de produção escravista” existia quando a estrutura social e econômica de uma determinada sociedade incluía um sistema integrado de escravidão, tráfico de escravos e utilização interna dos cativos. Os escravos tinham que ser empregados na produção, e assim o tipo de transformação identificada por Finley deve ter ocorrido. Essa transformação geralmente significava que os escravos eram utilizados na agricultura e/ou na mineração, mas também podia se referir à sua utilização em transporte como carregadores, capatazes e remadores de canoas. Os escravos podiam ainda exercer outras funções, incluindo o concubinato, a adoção em grupos familiares e o sacrifício, mas essas funções sociais e religiosas tinham que ser secundárias em relação aos usos produtivos. Além dis-

so, a manutenção da população escrava tinha que ser assegurada. Essa renovação podia ocorrer através do nascimento de crianças na escravidão (herança da condição de escravo), invasões, guerra, seqüestro e outros atos de escravização, e a distribuição de escravos por meio do comércio e do tributo. Como as populações escravas raramente eram auto-sustentáveis por reprodução natural, a escravização e o comércio eram geralmente pré-requisitos para a consolidação de um modo de produção escravo.

A escravidão não precisava ser a principal característica das relações sociais de uma sociedade para que existisse um modo de produção escravista. Outras instituições podiam também determinar as relações de produção sob diferentes circunstâncias (parentesco, penhor etc.). Não obstante, quando a escravidão prevalecia em um ou mais setores da economia, a formação social — isto é, a combinação das estruturas sociais e econômicas de produção — incluía um modo de produção escravista, não importando que outros modos coexistissem (feudalismo, capitalismo etc.). Essa incorporação de várias estruturas econômicas e sociais num único sistema através da combinação e da interação entre diferentes modos de produção podia ocorrer no contexto de um único Estado ou de uma região mais ampla.⁹ Tal formação social podia incluir camponeses, por exemplo, que estavam envolvidos numa relação tributária com um Estado ou que eram autônomos e sujeitos a ataques por parte do Estado. As maneiras pelas quais esses diferentes sistemas eram integrados — a sua “articulação” — podiam ser muito complexas. A escravidão podia ser ligada a outros modos de produção através do comércio a longa distância, relações tributárias ou ataques e guerras. Quando a interação estrutural entre a escravização, o comércio e o emprego doméstico de escravos era a parte mais importante de uma formação social, podia-se dizer que o modo de produção escravo era dominante. Isso ocorria quando os principais escravizadores e negociantes de escravos compreendiam uma classe de senhores de escravos que possuía um número substancial de cativos e contava com eles para a manutenção da sua dominação econômica e política. Nesse caso, a escravidão tornava-se essencial para a reprodução da formação social.

A ênfase na integração de um sistema produtivo baseado na escravidão com os meios de reabastecer a oferta de escravos tem importância na reconstrução da história da escravidão no seu contexto africano. Essa estrutura salienta três situações históricas que eram parcialmente relacionadas e parcialmente autônomas. Em primeiro lugar, fornece uma perspectiva para analisar a interação entre a África e a demanda por escravos no mundo islâmico do norte da África e do

Oriente Médio. Em segundo lugar, enfatiza a conexão entre a África e as Américas, onde os escravos africanos eram essenciais para a produção agrícola e o setor de mineração. Em terceiro lugar, permite um estudo da ampla utilização produtiva de escravos na África, especialmente no século XIX, após o colapso do mercado exterior. Em todas as três situações, um modo de produção baseado na escravidão se desenvolveu, mas suas características específicas eram diferentes. A estrutura adotada aqui — a distinção entre escravidão como uma característica marginal da sociedade, a escravidão como uma instituição e a escravidão como um modo de produção — tem a intenção de facilitar um estudo dessas três diferentes situações.

O debate na literatura teórica entre marxistas e não marxistas, e entre os próprios marxistas, inspirou essa estrutura conceitual, mas existem diferenças claras no meu uso de “modo de produção” e “formação social” e o seu uso por outros estudiosos. Discordo enfaticamente da abordagem de Samir Amin, Barry Hindess, Paul Q. Hirst e outros que empregam uma estrutura baseada na interpretação de Louis Althusser, porque, como esses estudiosos admitem prontamente, sua análise depende de construções ideais que são não históricas.¹⁰ Em vez disso, eu sigo a formulação menos dogmática de Emmanuel Terray, cujo objetivo é fornecer um “instrumento de análise”, que suponho que signifique um “instrumento de análise histórica”.¹¹ A partir dessa perspectiva, um “modo de produção escravista” deve ser um termo descritivo cuja significação teórica não é desenvolvida aqui. Meu objetivo é isolar o lugar dos escravos na produção como um primeiro passo na reconstrução histórica.

O AMBIENTE AFRICANO

A África negra estava relativamente isolada na Antiguidade e na época medieval. Antes da metade do século XV, praticamente o único contato se dava pela costa leste africana, através do mar Vermelho e pelo deserto do Saara. As regiões junto a essas fronteiras eram diferentes das regiões mais isoladas do interior. Havia exceções, dependendo dos recursos naturais, especialmente o ouro, de modo que cinco áreas de produção deste metal foram atraídas para a órbita do mundo não africano: três na África Ocidental (Buré, Bambuk e bacia do Volta), a Etiópia e o planalto de Xona, no interior do vale do Zambeze. Além disso, havia o comércio interno de outros produtos além do ouro — nozes de cola entre as florestas

da África Ocidental a oeste do rio Volta e a savana ao norte; cobre, que era comercializado ao sul do Saara para o baixo vale de Níger e que era também distribuído para o exterior das regiões ao sul do moderno Zaire; sal de muitas fontes, incluindo numerosos locais no deserto do Saara, na costa do mar Vermelho na Etiópia, locais centrais no interior de Angola, vários locais da Costa da Guiné e outros perto dos Grandes Lagos da África Centro-Oriental. Apesar da sua provável antiguidade, esse comércio regional era relativamente autônomo do setor externo. Além disso, os outros principais desenvolvimentos econômicos durante o milênio anterior ao século XV também foram relativamente isolados. O movimento dos agricultores de língua banto através da África Central, Oriental e Sul, a emergência do nomadismo pastoril como uma especialidade na savana setentrional e pelo corredor lacustre da África Oriental e a difusão da exploração do ferro e da produção artesanal eram, apesar de ligações ocasionais com o mundo exterior, como no caso do algodão têxtil, muito mais influentes regionalmente do que internacionalmente.

Uma das características do desenvolvimento regional era uma estrutura social baseada na etnia e no parentesco. Embora a origem temporal das sociedades baseadas no parentesco não seja conhecida, as evidências lingüísticas, culturais e econômicas indicam que tais estruturas eram muito antigas. As referências mais antigas ao parentesco, por exemplo, revelam que as distinções matrilineares e patrilineares já estavam bem formadas no início do século XVI. Grande parte da região costeira da África Ocidental era patrilinear, exceto pelos acãs da Costa do Ouro. Na África Centro-Ocidental, os povos seguiam padrões matrilineares, como fazem hoje os seus descendentes. Tal continuidade, que, falando de modo genérico, também coincide com distinções étnicas, sugere que os povos do interior que estavam distantes dos primeiros observadores compartilhavam essas estruturas. Assim, a evidência litorânea em relação à África Centro-Ocidental indica a provável existência de uma região de sociedades matrilineares se expandindo pelo continente em direção ao oceano Índico, assim como acontece hoje em dia. Nada nos registros históricos indica que esse padrão tenha mudado abruptamente em qualquer época do passado.¹²

Aquelas sociedades baseadas no parentesco têm sido diversamente descritas como caracterizadas por um modo de produção “de linhagem” ou “doméstico”.¹³ Esse modo de produção tinha as seguintes características: as distinções etárias e sexuais eram divisões fundamentais na sociedade, não existindo antagonismos de classe. Os mais velhos controlavam os meios de produção e o acesso às mulheres, e dessa forma o poder político era baseado na gerontocracia. Como as mulheres